



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

### ATA N.º 31/XIII-2º/2021-25

1 - Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas 20H30, no Auditório da Escola Secundária de Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, em Almada, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária referente ao mês de março da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 - Período de Antes da Ordem do Dia;

3 - Período da Ordem do Dia.

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Municipal do Programa Almada Solidária”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica (23 de agosto de 2021 a 22 de agosto de 2022)”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão (19 de fevereiro de 2021 a 18 de fevereiro de 2022)”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delimitação de Zonas de Pressão Urbanística para o Concelho de Almada”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação de Almada e submissão à Assembleia Municipal de Almada da proposta de Declaração Fundamentada de Carência Habitacional”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências no domínio da saúde para os órgãos Municipais – Aprovação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Almada aprovado em 1ª Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Almada de 23 de fevereiro de 2023”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Azevedo Lourenço (CDU); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU); António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Luis Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE) por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Bruno Santos (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, do Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, do Senhor Vereador Nuno Miragaia Matias, da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Renato Botelho, Fernando Gheiner, Elisabete Rebelo, Débora Pinheiro e Pedro Rebelo.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Renato Botelho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha casa sofreu um incêndio em janeiro de 2020, enquanto estávamos à espera da licença de habitação. Portanto, já tinha sido entregue à Câmara Municipal de Almada, e aguardávamos pela licença de habitação quando ocorreu o incêndio.

Desde então, o caso está parado, está em Tribunal, e eu continuo com todos os encargos, ainda, sobre a minha alçada. Desde então, está tudo exatamente parado sem licença de habitação, como é normal, e agora o que eu solicitei em outubro de 2022, foi realmente poder ter uma licença de construção para edificar novamente, exatamente com os mesmos projetos que tinha submetido à data anterior. Contudo, submeti isto em 25 de outubro de 2022, segui todos os procedimentos identificados pela Dr.ª Tânia Camões e também com o suporte do Arq. Paulo Marcos, submeti exatamente tudo, mas à data ainda não tenho. Expliquei que era uma situação delicada tendo em conta que estou a tentar recuperar e não deixar com que tudo o que existe na casa se degrade com a água, tentar recuperar o mínimo que posso dali, e era pertinente ter o quanto antes licença de construção para que eu possa exatamente com os mesmos projetos a edifica-la. Pelo menos para substituir o telhado e tapar para não entrar mais água.

Contudo, até agora não tenho absolutamente nada, tenho pedido várias vezes identificações à Câmara Municipal, o que é que se passa, e até agora não tenho absolutamente nada e gostava de perceber o que é que eu terei de fazer, tendo em conta que esta situação e eu tentar recuperar novamente com aquilo que posso, para não danificar mais do que já está, o que é que eu poderei fazer para ter esta licença.”

5.1.2 – O Senhor Múncipe Fernando Gheiner:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu falo em nome dos pais das crianças que estão no pré-escolar da Escola da Corvina, também de outras 427 múnicipes que desde sexta-feira assinaram o nosso abaixo-assinado e em especial eu falo em nome dos miúdos que estão numa situação muito delicada na Escola da Corvina que é uma Escola do 1º Ciclo, não ter plano de abrir o 1º ano, do 1º Ciclo, tendo impedida a continuidade dessas crianças, o seu percurso educacional, esperado desde que a escola existe, as crianças do pré-escolar seguem para o 1º ano. Essa situação não é uma situação nova, é uma situação que alguns que estão aqui há mais tempo já devem conhecer desde que a escola foi reformada quase 15 anos. Ela tem 4 salas porque ela foi feita para ser uma escola do 1º Ciclo, mas ela tem 5



turmas porque se abriu um pré-escolar e ela sempre funcionou com turmas mistas. Mas outra situação que os senhores também conhecem, é que há cada vez mais famílias que se mudam para toda essa região da Corvina, da Trafaria, da Caparica, do Funchalinho, da Vila Nova, e que a escola não tem capacidade de absorver todos. Então essa escola como outras escolas da Trafaria, são escolas que geralmente absorvem alunos de outras regiões, para nós não faz muito sentido essa escola estar fechando uma turma do 1º ano e essas crianças não poderem continuar. Todos nós passamos por uma situação de pandemia, mas os miúdos dos 2 aos 4 anos, quando um ser humano começa a sua socialização, eles tiveram a sua socialização impedida. E de alguma forma agora que eles estão numa escola que eles amam, eles fazem parte de uma comunidade, eles conhecem todas as crianças, educadores, auxiliares, eles estão numa situação de não ter sala. Eu gosto de falar que eles estão sendo expulsos, eu sei que é o termo errado, mas não tem termo certo para explicar para as crianças de 5 ou 6 anos, que a experiência não é muito negativa, porque ela vai ser muito negativa para essas crianças. E a gente agradece o esforço que muita gente tem feito para resolver essa situação. Procuramos a Junta de Freguesia que nos tem ajudado, o Diretor desde que ele assumiu desde 2019, ele já está ciente dessa situação, ele já comunicou, a gente sabe que a solução perfeita é construir uma 5ª sala de raiz para ter 5 salas e 5 turmas, mas agora o tempo joga contra nós, porque daqui a 3 semanas abrem a matrícula e tudo indica que a escola da Corvina não vai estar lá para os pais escolherem como opção para o 1º ano. Não entendo como isso é uma solução, porque a solução normalmente resolve alguma coisa. E isso é uma não solução, porque ela deixa o problema em cima da parte mais sensível que são as crianças, e justamente numa região em que sabidamente tem uma pressão demográfica, os senhores todos sabem todas as remodelações, as construções, tudo o que está acontecendo e a arrecadação é tributária vinda de isso e é muito difícil construir uma nova escola. O que a gente está a pedir é apenas levantar a escola, ela tem soluções possíveis, o Diretor já pediu para ter uma solução temporária, que foi recusada, já pediu para a escola funcionar em dois turnos que também foi negado, a situação da turma mista também está a ser negado, agora a escola é nova, ela tem muito espaço que podia ser reformado. O Senhor Pedro de Lara da Câmara Municipal junto a um corpo técnico, fez uma visita na semana passada onde foram identificados alguns espaços que poderiam ser convertidos em salas, inicialmente temporárias enquanto se constrói de raiz uma sala definitiva, mas a verdade é que qualquer uma outra solução que nós estejamos falando, é melhor para as essas crianças do que a solução de elas serem expulsas, ou transferidas, ou impedidas de continuar como a gente quiser chamar.

Portanto, somos muito gratos a todos que nos estão a ajudar até agora, mas nós pais estamos numa situação de desespero, porque não há nada mais importante do que a educação dos nossos filhos, a gente está vendo quem quer e quem pode ajudar, fazer algum esforço para ajudar, mas o tempo é muito curto. Ainda bem que é possível fazer soluções em tempo curto, como adaptar o espaço para ter uma sala, como trazer um monobloco. Existem soluções discutíveis. Mas tirar as crianças de lá é uma coisa que nos preocupa em relação ao futuro dessas crianças.”

#### 5.1.3 – A Senhora Múnicipe Elisabete Rebelo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu falo um bocadinho na sequência do pai Fernando, eu também sou mãe de um menino que está nesta situação e vou só acrescentar a informação que o Fernando já prestou.

A solução até então apresentada é os nossos filhos irem para uma sala na Escola nº 3 da Trafaria, que também ela vai ser adaptada, também é uma situação provisória, portanto, neste momento ela uma mediateca, e vai ser adaptada para que os nossos filhos, ou é o que está pensado, para que os nossos filhos possam ir para lá.

Portanto, na visita técnica que o Fernando indicou foram levantadas várias questões que ficaram por responder, estamos ainda à espera do parecer da Câmara Municipal, que foi cumprir por exemplo, os requisitos das saídas de emergência, as instalações sanitárias, tudo o mais. Ora, a solução apresentada na nº 3, é colocar estas crianças numa sala que não está prevista a permanência de alunos, apenas a sua passagem, o usufruto daquele meio que é a mediateca, e, portanto, fica também a dúvida e será que também os planos de emergência, os equipamentos sanitários, estão preparados para mais este acréscimo de 18 crianças? Para além de que a solução que é apresentada, cremos que pode até trazer danos psicológicos e sociais para as nossas crianças que já estão



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

integradas no pré-escolar e com vista a prosseguir os seus estudos no 1º ano, e de certo modo comprometer o seu sucesso escolar.

Acrescer que eu sou moradora na Quinta da Corvina, o meu marido cumpriu o seu ensino nesta escola, sempre houve solução, nunca os moradores ficaram de fora daquela escola, e agora estamos perante uma situação que pelos vistos é nova, quando na verdade ela sempre existiu a falta de uma sala.

Acresce também a informação que ao que tudo indica há um problema de vagas no Concelho de Almada, para as crianças que estão cada vez mais a aumentar e ainda bem, e então, a solução é não abrir uma sala naquela escola, numa escola que supostamente é básica e pressupõe ter 1º, 2º, 3º e 4º ano, portanto, se há deficit ainda estamos a tirar uma sala de uma escola básica.

Muitas são as dúvidas gostávamos de ter efetivamente uma resposta em breve, porque as matriculas estão a chegar e nós temos o futuro dos nossos filhos nas nossas mãos.”

#### 5.1.4 – A Senhora Munícipe Débora Pinheiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho na sequência dos outros pais. Também sou moradora da Quinta da Corvina. Eu própria frequentei essa escola, as minhas irmãs foram alunas das próprias Professoras Cremilde e Norvinda e, portanto, eu estou aqui para manifestar a nossa preocupação, em que as nossas crianças sejam privadas de ter um ciclo continua na nossa área de residência. Portanto, o que está atualmente em cima da mesa, é que o 1º ano seja retirado, essas crianças fiquem de fora da escola durante todo o período do 1º Ciclo, do 1º ao 4º ano não vão fazê-lo na Escola da Corvina e nós passamos a ter uma escola que tem um pré-escolar, e 3 outros anos, neste ano não irá ter o 1º ano, no próximo ano não irá ter o 2º ano, e, portanto, eu também sou mãe, tenho duas filhas, a minha filha mais velha vai poder ter o privilegio de estudar onde eu estudei, onde toda a minha filha estudou e a minha filha mais velha não vai ter esse privilegio se este plano for avante. E é essa a nossa preocupação.

Portanto, as nossas crianças não foram parar a esta escola por acaso, nós escolhemos esta escola, nós acreditamos nesta escola e nós queremos que elas façam lá todo o percurso escolar e é assim que é espectável que uma escola primária ofereça todos os anos sem exceção.

E só para acrescentar que, eu sou arquiteta e pude acompanhar a visita técnica que foi feita a semana passada, e consigo entender que existem vários regulamentos que têm que ser obviamente cumpridos, mas não descurando essa parte que obviamente tem que ser salvaguardada, existem soluções, ou estamos a pedir que seja pensada uma solução ainda que provisória, dito pelo próprio senhor De Lara, ou seja, nós sabemos que o provisório é sempre um bocadinho perigoso, porque nós não sabemos quanto tempo é que o provisório poderá estar em uso, mas acreditamos que, numa escola nova, a escola sempre funcionou com uma sala a menos e sempre se arranjam soluções, a solução que este ano está em cima da mesa é retirar um ano. Nós achamos que isso não é solução e estamos a tentar de todas as formas fazer com que seja possível fazer a 5ª sala ainda que adaptada, e ainda que esta situação possa ser feita apenas provisoriamente para este grupo e que, garantindo que este grupo continua na escola que nós escolhemos, que se consiga então pensar num plano de fundo, que é o plano de uma ampliação da escola e não de uma adaptação de salas. Nós acreditamos que as soluções existam para garantir o essencial que é, garantir que estas crianças permaneçam nesta escola e que esta escola ofereça todos os ciclos e com isto ganhar tempo para pensarmos numa solução futura.”

#### 5.1.1 – O Senhor Munícipe Pedro Rebelo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como é sabido o serviço público de desporto tem passado por grandes dificuldades no Concelho de Almada, e nós estamos aqui hoje para dar uma visão e uma perspetiva, das pessoas que interagem nesse serviço público de desporto diariamente e até numa perspetiva de garantia futura desse serviço de desporto.

Mais de mil, é o número de vozes que decidiram tomar posição pelo serviço público de desporto escrevendo o nome por este. São professores os impulsionadores, são fortalecedores os utentes. A verdade é que cada dia



que passa, a cada aula que passa, a cada entusiasmo que aumenta com a aprendizagem, absorção da necessidade da prática desportiva, e aumento das cumplicidades entre quem ensina e quem aprende, há um obstáculo que se chama decréscimo das condições em que leciona e se aprende.

As vozes que aqui trazemos refletidas na nossa, são a dos professores que têm de ser valorizados, as vozes que aqui trazemos são as dos utentes que reconhecem necessidade da valorização dos professores e o aumento das condições para a prática do desporto.

A nossa intervenção aqui hoje não exige uma resposta a quem fala, mas sim a quem toma posição. São mais de mil as pessoas que decidiram subscrever a este posicionamento e que tem de ouvir a resposta.

Qual é a garantia de que os professores, prestadores de serviços, nos vários equipamentos desportivos e nas várias modalidades, por razões que não lhes são imputáveis, receberão o valor das aulas previstas. E aqui não pode deixar de ser feita referência à inverdade que foi dita publicamente na RTP, de que não teria havido nenhum email a dizer, aliás, a própria reportagem na RTP mostra a citação do email, que dava ordem da Câmara Municipal de Almada para que a SFUAP não pagasse esse valor.

Qual a disponibilidade do executivo da Câmara Municipal, a iniciar um processo negocial, que permita o aumento dos valores a pagar aos professores, tendo em conta o contexto do aumento de custo de vida? E aqui duas referências. Em primeiro lugar, os trabalhadores que estão no Mapa de Pessoal, portanto, a opção gestonária se for dada aos trabalhadores que estão no Mapa de Pessoal, há aqui uma possibilidade de equilíbrio nos valores que são pagos aos trabalhadores prestador de serviços e aos trabalhadores que estão hoje no Mapa de Pessoal. Em 2º lugar, a questão jurídica é diferente da questão social do trabalho. Isto é: é verdade que a SFUAP juridicamente é quem está diretamente ligada a estes trabalhadores, mas não é menos verdade, que estes trabalhadores já passaram por várias soluções jurídicas sempre na alçada da Câmara Municipal que tem uma resposta, é uma parte importantíssima da celebração de um contrato-programa, tem poderes próprios dentro desse contrato-programa e era importantíssimo que estivesse disponível para se sentar com o STAL à mesa, para fazermos uma negociação para propor à SFUAP. É esta a proposta que os professores e os utentes subscrevem.

A outra questão que queríamos colocar, que é a elaboração de um plano de manutenção e a sua entrega ao STAL, com devida publicação para que os utentes e professores possam vislumbrar no tempo, as diversas intervenções previstas para as instalações desportivas. Estamos num órgão soberano deste Concelho, certamente as diversas forças políticas que o compõem reconhecem a importância do conhecimento desse plano e até dos montantes que a ele se destinam. É aqui que esses direitos se consolidam.

Para concluir, a expectativa não é apenas de quem aqui coloca na dianteira pública a relação com o poder, é muito superior a essa, é de quem todos os dias desempenha neste Concelho os papeis que aqui foram referidos, a consciência e a expressão dela são claras, não há serviço público sem a valorização dos trabalhadores, não há serviço público sem infraestruturas para o levar a cabo. É esta a exigência, mais serviço público de desporto utentes e trabalhadores estão juntos para esse bem maior."

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco, a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Gerales (CDU), Karim Hassam Quintino (BE), Pedro Amorim Matias (PS), Maria Amélia Parda (CDU).

5.2.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Senhor Múncipe Renato Botelho, dizer-lhe que tem estado em contato com o gabinete do Senhor Vereador a tratar de outros assuntos, admito que possa não ter sido deste. Aquilo que lhe posso prometer é que pedirei ao Senhor Vereador para marcar uma reunião consigo. É aquilo que eu hoje aqui, lhe posso prometer. Não tenho informação detalhada, mas tê-la-á e o meu compromisso é de lhe proporcionar o acesso a essa informação.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Segunda questão, os pais que são encarregados de educação ou que pertencem à Associação de Pais da Corvina.

Sabem que o meu gabinete tem estado a acompanhar desde que a primeira carta, email, que me chegaram que tenho estado a acompanhar. E aquilo que eu fiz e que pedi aos serviços meus e aqueles que não são meus, que interferem com a questão das obras, que fizessem um levantamento de toda a situação, e já disse isto, no fim possa reunir convosco e chegarmos à que for a melhor solução.

É evidente que nós temos que ter em atenção o seguinte: é uma escola que tem 4 anos de Ciclo e 3 salas. O que é que acontece? Até aqui, nunca se colocou esta situação por dois motivos claros, eu fui ver o que é que se passou para trás, não se colocou a situação porque a frequência da escola era menor e faziam-se turmas mistas. E faziam-se turmas mistas com lógica, 1º 2º, 2º 3º, 3º 4º. O que é que se passa hoje relativamente a esta matéria? É que a população da escola aumentou, já não conseguimos meter todos os meninos que haviam de entrar no 1º ano numa turma mista, ou teremos que os distribuir por várias e a turma mista que seria aquela que tinha a mais lógica formação, era de 1º e 4º. E isto, os senhores podem achar que é muito bom, eu fui professora 35 anos e não subscrevo. Subscrevo turmas mista para de 1º e 2º, subscrevo turmas mistas para o 2º e 3º, até penso que elas podem ser favoráveis porque permitem acompanhamento em diferente estado de evolução, 1º e 4º não me parece. Qual é o problema? Nós temos que encontrar uma solução para uma escola que efetivamente, eu pedi inclusivamente e tenho aqui o projeto da escola desde 2008, a escola era suposto ter apenas duas salas e pré-escolar, depois de 2 passou a 3, não consegui perceber, nem ainda hoje consigo perceber porque razão há uma escola que tem pré-escolar e 3 salas, porque efetivamente, isto ia acontecer.

Portanto, aquilo que vos prometo, e fica aqui a minha palavra, é que a muito curto prazo, nós vamos reunir e vamos encontrar a melhor solução para todos. Portanto, o que vos peço é que aguardem, eu recebi ontem os registos de todas as reuniões que foram feitas, e na próxima semana eu marco uma reunião, esta semana tenho muitas saídas não conseguirei, mas estamos a tempo e tomaremos convosco e com todos os dados em cima da mesa, a melhor solução. É aquilo que eu vos posso prometer.”

### 5.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo ao Senhor Rebelo do STAL. Eu revejo-me pelo menos em grande parte daquilo que me pareceram que foram as considerações relativamente à necessidade de valorização constante do serviço público, também neste caso na área do desporto, porque é para isso que trabalho e trabalhamos diariamente.

Eu destaquei aqui 2 temas, por um lado, a questão dos professores de natação, daquilo que eu percebi é em termos de parte dos professores, ou seja, nós temos professores de natação do quadro, mas também temos professores que desempenham funções através de uma entidade, à qual prestam serviços, e eu devo dizer que, parte das preocupações eu conheço, tive oportunidade de reunir com alguns destes professores, e quando reuni com eles assumi um compromisso que era: percebendo parte das suas reivindicações e parte também daquilo que são as suas aspirações, era de fazer uma ponte com a entidade, que é a entidade empregadora destes trabalhadores, que neste caso é a SFUAP, e de tentar fazermos atender parte destas reivindicações que, daquilo que eu sei, parte dessas reivindicações já foram respondidas. Aliás, sei que a entidade aumentou o valor hora que é pago a estes professores, penso eu também por via na sequência destes contactos que foram estabelecidos.

Dizer também uma coisa que é: durante o fecho das piscinas, e neste caso admito que estejamos a falar das piscinas do Complexo e por ter fechado temporariamente por uma questão de saúde pública, neste caso por amostras positivas acima daquilo que é o valor permitido em termos de Legionella, aquilo que foi o compromisso que sempre foi dito a estes tarefeiros, que foi continuamente repetido, é que não podendo haver aqui um pagamento de aulas que não ministradas, haveria a necessária comparticipação, ou neste caso o mesmo valor noutras tarefas. Ou seja, estas pessoas aquilo que aconteceu, foram alocadas a outras tarefas que são de necessidade pontual, não são de necessidade permanente, mas foram alocadas a outras tarefas e, portanto, permitiu-se continuar a pagar um valor a estas pessoas dentro daquilo que tem sido e até no espírito de outras



situações que aconteceram no passado. Portanto, foi isto que aconteceu, é isto que vai continuar a acontecer. Portanto, foi essa garantia que foi transmitida.

Por outro lado, no que diz respeito à manutenção, eu acho que aquilo que falou é muito importante no plano de manutenção. Mas há aqui uma dimensão de um plano de manutenção que nós estamos a fazer de corretiva, aliás, a situações limite de falta de manutenção de anos, não é de um dia, é de anos, de falta de existência de manutenção preventiva que hoje em dia se transformou em manutenção corretiva. Sabemos nós que a manutenção corretiva é muito mais cara, é já em prejuízo, é por isso que a piscina da Charneca fechou. A piscina da Charneca de Caparica fechou não foi porque alguém quisesse que ela estivesse fechada, mas foi porque se chegou a uma situação limite e é de facto um crime, porque nós estamos a falar de uma piscina que tinha uma década de funcionamento. Nós olhamos aí para outras entidades vemos piscinas a funcionar com mais de sete décadas de forma ininterrupta e de facto, esta com uma década teve de fechar e nós neste momento, as empreitadas que estão a decorrer, é preciso dizer-lo; na piscina da Charneca de Caparica substituição integral do sistema hidráulico, substituição da cobertura, neste momento estamos com uma empreitada a decorrer, já fez a reparação da cobertura integral, substituição integral de cobertura de uma piscina, vamos fazer a substituição integral das coberturas das 4 piscinas municipais, isto só acontece porquê? Lá está manutenção corretiva. Aquilo que nós estamos a atender, há um plano de manutenção é quase um plano de choque que estamos a utilizar de corrigir problemas que acontecem, e depois queremos numa fase posterior, aí sim, passar uma manutenção preventiva que era esse plano que devia ter existido e que não existia.

Portanto, é nisto que estamos bastante empenhados, para além de outras obras, na área do desporto, mas eu também acho que me absterei de fazer aqui esse elencar, porque acho que também é do conhecimento público.”

#### 5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para duas questões.

Primeiro, expressar em nome da CDU a total solidariedade com os trabalhadores das piscinas municipais que prestam um serviço exemplar, à população do Concelho de Almada, e por isso se justifica e merecem o respeito e a consideração de todos, e depois, para lamentar uma vez mais, que o Senhor Vereador responsável pelo pelouro do desporto, venha fazer aqui um discurso de coitadinho, que recebeu uma herança pesadíssima e não sabe o que fazer à vida. O que é espantoso, é que o Senhor Vereador, ao fim de 6 anos de mandato, diga que está a desenvolver um plano de choque para resolver problemas que herdou há 6 anos, isto é que é espantoso. Senhor Vereador, assuma as responsabilidades que tem na gestão dos equipamentos que estão à sua guarda, foi para isso que foi eleito, e deixe o passado. O passado já foi julgado, deixe o passado. Já são dois mandatos do seu partido neste momento.”

#### 5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria em nome do Bloco de Esquerda saudar e expressar a nossa solidariedade com os pais que aqui intervieram acerca da Escola da Corvina, dizer-vos que consideramos que é uma luta justa, uma luta meritória e, portanto, têm em nós um parceiro e amigos para combaterem esta luta, porque de facto, é grave o que está a acontecer e não devia acontecer.

E como a questão da educação e o problema da educação já se tornou algo sistémico em Almada, e transversal a várias escolas, gostaríamos também de expressar aqui a nossa solidariedade com os estudantes e a comunidade escolar da Escola Secundária António Gedeão, que na semana passada lutaram pelos seus direitos à frente desta escola. O Bloco de Esquerda e eu próprio estivemos presentes neste protesto, precisamente porque também consideramos que é uma reivindicação mais do que justa. Repare-se, que tal como o caso da Escola da Corvina, a requalificação da Escola Secundária António Gedeão, é uma necessidade muito antiga, e podemos perceber isso mesmo quando vimos inúmeros pais e encarregados de educação, a relembrar aos



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

nossos governantes, que as infraestruturas precisam de obras, já desde o tempo em que eles próprios frequentavam aquela escola. São tetos a cair, estores e portas partidas, casas de banho avariadas e rebocadas, infiltrações, pavimentos destruídos, e, portanto, é vergonhoso que esta situação se mantenha e que tenhamos as crianças do nosso Município a estudar naquela escola sem quaisquer condições e sem qualquer tipo de dignidade.

E por isso, voltamos aqui a fazer um apelo ao executivo camarário, que é de olharem para a realidade concreta e real do nosso Município e que pressionem de uma vez por todas o Senhor Primeiro Ministro, o Ministro da Educação, o Ministro das Finanças, para avançarmos realmente e o mais rapidamente possível com estas obras e com estas requalificações.”

5.2.5 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A propósito da Escola Secundária António Gedeão, é evidente todos sabemos que aqueles pavilhões são provisórios há muito tempo, que estão num elevado estado de degradação, não é por acaso que a Escola Secundária António Gedeão é a primeira escola do grupo de escolas prioritárias a ser requalificada, dizer que a Câmara Municipal não tem perdido nenhum tempo no sentido de estabelecer todos os contactos que estão a ser desenvolvidos, já temos proposta do projeto para a construção de dois pavilhões e que isso irá ocorrer, penso eu, no mais breve tempo possível.

Portanto, deixar aqui o meu testemunho de quem está diretamente envolvido nessa discussão, de que efetivamente, a António Gedeão, vai ser a próxima escola a ser requalificada e num curto espaço de tempo.”

5.2.6 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para responder à interpelação que o Senhor Deputado Municipal João Galdes fez, para lhe dizer uma coisa simples que é: a crítica não é só a crítica, é a crítica, é crítica também de quem a faz. E, portanto, obviamente, que é completamente diferente quem teve responsabilidades profundas naquilo que é a gestão e na concessão dos equipamentos desportivos durante décadas, vir agora tentar assacar responsabilidades a quem herdou essa gestão, por problemas profundos.

O caso da Legionella que é recente, e isto é dito pelos técnicos, pelas empresas externas que também fazem a avaliação, não se deve a nenhuma alteração que tenha existido. Deve-se à canalização que nunca tinha sido substituída durante 3 décadas.

E, portanto, a verdade é que agora há todo um sistema de distribuição de água que é preciso substituir, que não foi substituído nem mantido durante 3 décadas. É esta a realidade. Portanto, para dizer que efetivamente, não somos nenhuns coitadinhos estamos cá para dar resposta como estamos a tentar dar aos problemas, mas sim, a crítica é também quem a faz, e vinda da CDU, nós não podemos aceitar esse passar de culpas porque deviam ser os últimos a poder apontar algum problema.”

5.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Amorim Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta questão que o STAL trouxe, sobre os serviços públicos, sobre o desporto, que foi herdado pela Câmara Municipal de Almada em 2017, eu queria dar nota que o Senhor Pedro Rebelo do STAL, como está muito preocupado com os serviços agora, devia ter cá vindo era quando estava cá o Senhor Paul Mamede antes de 2017. E nunca o vi aqui a defender os tarefeiros que trabalhavam para a Câmara Municipal de Almada, que não era para a Câmara Municipal, era para uma empresa de um chefe de divisão da Câmara Municipal de Almada, tinha uma empresa. Portanto, isso nunca o ouvi aqui defender. E os tarefeiros nunca veio cá defender. E agora, em Sesimbra também não o vejo lá. Mas isso fica para outras núpcias.



Relativamente às piscinas. A piscina da charneca de Caparica, e da Sobreda e em particular da Charneca de Caparica, esteve a funcionar no modo com uma situação muito complicada até 2020. Nós chegamos em 2018, e até à pandemia ela funcionou de modo muito deficiente e com grandes dificuldades.

Em 2020, toda a gente se lembra, houve uma coisa que se chamou pandemia. E os equipamentos todos municipais, foram encerrados durante dois anos. Mas eu já o convidei a si e à bancada do Partido Comunista, para lá irem ver as obras. O estado em que estavam as caldeiras, as tubagens, iam lá ver e viam o estado em que estavam. E já agora, trago aqui o estado da piscina da Charneca de Caparica, por falta de manutenção e depois como sabe, dois anos fechado, estamos a falar de tubos galvanizados, já com grandes deficiências, ao fim de dois anos explodiram. Quando a piscina voltou a funcionar aquilo explodiu. Foi o que aconteceu, por falta de manutenção. Sabe há quantos anos a piscina da Sobreda metia água pelo teto? Há mais de oito anos que metia água, foi resolvido agora. Chovia dentro da piscina, foi agora resolvido.

E vou dar outro exemplo da gestão CDU em Almada sobre piscinas, da antiga piscina da Academia, que se gastou quinhentos mil contos para fazer aquela piscina, está aí a filha, a Senhora Vereadora que o pai era Presidente, gastou-se quinhentos mil contos a fazer aquela piscina, foi entregue à Academia, e os senhores desde 2014 a 2017, deixaram pilhar a piscina, nem um parafuso lá ficou.”

5.2.8 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para lamentar que o Senhor Vereador Filipe Pacheco não consiga descolar dos fantasmas que o assaltam, se calhar até nem dorme sossegado e tenha que recorrer sistematicamente à crítica ou à acusação sobre a herança que terá recebido. Mas quero aqui clarificar uma coisa, é que eu não assaquei responsabilidades ao Partido Socialista, eu só pedi ao Partido Socialista, que deixe de assacar responsabilidades aos outros e que passe a assumir as suas responsabilidades que são as suas responsabilidades de hoje. Foi isso que eu pedi aqui. Eu não assaquei responsabilidades rigorosamente a ninguém, muito menos ao Partido Socialista que obviamente, não tem responsabilidades absolutamente nenhuma.”

5.2.9 – A Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só duas ou três questões.

Nós temos provavelmente, maior consciência do estado em que as coisas estavam do que o Partido Socialista e nomeadamente, o Senhor Vereador Filipe Pacheco. E também sabemos aquilo que estava por fazer e também sabemos aquilo que estava mal feito e, portanto, não temos nenhum problema em assumir que havia coisas que estavam malfeitas, que havia coisas que não estavam feitas e que havia coisas bem-feitas. O que vocês não podem continuar, é ao longo deste tempo e se passaram para o Senhor vereador um ano e tal, passou para o Partido Socialista cinco anos e meio, não podem continuar a imputar à CDU e aquilo que foi a gestão da CDU, aquilo que os senhores não fazem. E aquilo que os senhores fazem, fazem. Nós também sabemos o que os senhores fazem e ninguém disse aqui que os senhores não fazem nada.

Agora, Senhor Vereador, o Senhor Vereador esteve este fim de semana a fazer o 1º lançamento, eu estava lá, por razões familiares, mas eu vi-o a si, a fazer o lançamento no Campeonato de Basebol. Senhor Vereador, vá às casas de banho da Pista de Atletismo. Vá às casas de banho que estão precisamente na mesma, para não dizer pior do que estavam há 5 anos atrás, é lamentável Senhor Vereador, é lamentável que quem tem tanta atenção aos telhados, aos furos e à chuva, não vá a uma casa banho e não se sinta enojado, “enojado” é o termo, e vocês já muitas vezes aqui falaram do nojo que sentiram quando entraram nas piscinas, é um nojo entrar nas casas de banho da Pista de Atletismo, é uma vergonha, E não necessidade de um Município como Almada um Concelho como Almada, com as verbas que existem, ter rolos de papel no meio do chão, as bases partidas há muitos anos nas casas de banho.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### 5.2.10 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Maria Amélia Pardal, esse contexto que fez é importante e ainda bem que há esse contexto que na maioria das intervenções não é feito, de assumir também o conhecimento do estado daquilo que existia e também das responsabilidades que evidentemente também assumimos. Aliás, se exercemos poder, essa dimensão também tem a dimensão real de exercício. Mas aquilo que viu na Pista, é muito importante ter visto esse espeto que temos que corrigir, mas também viu certamente o tartã arranjado, viu a caixa de areia que não levava areia há anos, viu também a sala de exercícios que nunca tinha sido reabilitada e que está totalmente reabilitada, viu todas as intervenções pequenas, mas importantes para todos os clubes e atletas que treinam lá diariamente.

Portanto, penso que também viu isso e também é importante frisar isso.”

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Municipal do Programa Almada Solidária”;

7.1.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira;

7.1.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como já por diversas vezes aqui veio quer na fase de prorrogação do prazo, quer na fase da aceitação das competências no âmbito da ação social, todos sabemos que a Lei 50/2018, criou o quadro para a transferência de competências do Estado Central para os Municípios, o Decreto-Lei 55/2020, concretizou essa transferência, nesse quadro legislativo, está previsto a existência de um regulamento que organize tudo aquilo que passam a ser a partir da assunção das competências, os apoios a prestar aos cidadãos almadenses, temos feito um longo caminho desde a publicação deste despacho em 2020 até agora, e ao próximo dia 3 assumiremos as competências na área da ação social, e este regulamento que têm na vossa mão, teve uma grande discussão entre os serviços do Município, comigo como responsável do pelouro, com as instituições privadas de solidariedade social que até aqui já prestavam alguns, já eram intervenientes e responsáveis por alguns destes apoios e teve sempre subjacente a toda esta negociação e a toda esta discussão, melhorar o atendimento aos almadenses, nomeadamente, aqueles que são mais vulneráveis.

Como sabem, o território de Almada, o Município não tinha qualquer competência no âmbito da ação social, diferentemente daquilo que se passava com a educação onde apesar de pouco já havia algumas competências e, portanto, foi um alargamento grande, mas foi um alargamento, aqui efetivamente, o Município não tinha qualquer competência nesta área e as competências que estavam delegadas na Segurança Social, estavam em instituições do território.

Tivemos duas grandes preocupações na elaboração deste regulamento, e de todos os protocolos que foram assinados. E as preocupações foram:

1º - Organizar o território, que cada parcela do território de Almada ficasse apenas em matéria de atendimento social, com uma instituição, aquilo que se passava até aqui não era isso, as pessoas tinham o RSI numa instituição, tinham o atendimento social noutra, e isto dispersava informação, dispersava, e retirava qualidade ao atendimento. Aquilo que nós procuramos foi exatamente, cada instituição é responsável pelo território, e nesse território desenvolve as competências de gestão, do rendimento Social de Inserção e do atendimento social e de todos os apoios que o próprio Município através do Plano Almada Solidária, criou para os seus municípios.

Fizemos outra mudança muito importante e que esperamos que no terreno tenha bons frutos, que foi deixarmos de olhar para a medida, não olhamos para o RSI, não olhamos para o atendimento de primeira linha, olhamos para a pessoa ou para o agregado. Criamos o gestor de caso, e cada instituição olhe para esta pessoa e para este



agregado, de uma forma transversal, com todos os apoios que o Município, através das competências que lhe são delegadas ou através daqueles apoios que já o próprio Município tinha criado, olha para aquela pessoa como um todo. Os que têm RSI, muitas vezes são também beneficiários do atendimento social, vice-versa, tinham que ir a uma instituição tratar de uma e a outra tratar de outro, não, hoje cada instituição é responsável pelo território, cada agregado familiar tem apenas uma instituição interlocutora, e tem nessa instituição um gestor de caso.

Não foi um caminho fácil, mudar nós sabemos todos que é difícil, que é preciso negociar, fazer perceber às pessoas os objetivos da mudança, para que as pessoas se apropriem dela e percebam.

Eu quero deixar aqui uma saudação muito grande às nossas instituições que até aqui já tinham competências e que agora connosco as vão assumir todas, o Município não vai assumir nenhuma competência diretamente, protocolou-as todas em protocolos que já estão assinados, com as instituições no terreno, organizadas de uma forma territorialmente e nesta perspetiva de olhar para as pessoas, para os agregados e não para as medidas de uma forma dispersa.

Portanto, este regulamento é como digo, decorre de quadro legislativo que temos, é um regulamento que vai abranger o RSI, vai abranger o serviço de atendimento e os apoios económicos que o Município já dava no Plano Almada Solidária e por isso ele se chama Regulamento do Plano Almada Solidária, porque englobamos em toda a atuação do Município naquilo que tem a ver com apoios, tudo aquilo a que chamamos o Plano Almada Solidária.

Dia 3 de abril, assumiremos as competências, temos os postes de atendimento já todos em funcionamento para que a partir desse dia os munícipes de Almada que precisem deste serviço, saibam onde se dirigem, como se dirigem, sabendo que ali serão tratados de uma forma global, transversal, no sentido de olhar a todas as suas necessidades e procurar ver qual das medidas, todas elas, respondem a essas necessidades.

Estamos atentos, é uma competência nova, não queremos jurar que não pode acontecer pontualmente alguma situação, aquilo que vos garanto é que os serviços estão atentos, estão empenhados, e que acreditamos que esta transferência de competências, vai beneficiar aqueles que mais precisam que são os almadenses e os mais vulneráveis.

Estamos cá para avaliar, e também pedimos a todos, que nos seus, nomeadamente às Juntas de Freguesia com quem mantivemos até hoje um grande diálogo, nos façam chegar, a mudança é grande. Eu vou repetir que qualquer situação que eventualmente possa estar a corrigir muito bem, temos confiança nas instituições que estão a fazer essa gestão, mas estaremos atentos para resolver qualquer problema que possa surgir."

7.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, João Eduardo Galdes e ainda a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira.

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Todos temos consciência de que a situação social que vivemos em Portugal e em Almada no concreto, assume proporções de enorme gravidade, afetando inclusivamente camadas populacionais habitualmente preservadas dos efeitos mais nefastos em situações de crise anteriores.

Em sede de consulta pública deste Regulamento, a CDU apresentou uma proposta de alteração, com intenção de, tendo presente aquela realidade, permitir o alargamento do acesso a este programa de emergência a um maior número de famílias mais afetadas pela crise que vivemos.

O texto inicial considera ilegíveis para este apoio municipal, os agregados familiares cujo o rendimento per capita atinja um valor que não ultrapasse os 45% do indexante dos apoios sociais, IAS – Indexante aos Apoios Sociais, o que significa que serão elegíveis para este apoio municipal no máximo os rendimentos per capita equivalente a 216.10€ (duzentos e dezasseis euros e dez cêntimos) mês, o IAS 2023 – Indexante aos Apoios Sociais 2023, foi fixado em 480.23€ (quatrocentos e oitenta euros e vinte e três cêntimos).



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A CDU propôs que fossem considerados elegíveis os rendimentos até ao valor nominal do IAS, proposta que não foi aceite, conforme consta do relatório da consulta pública, com o argumento de que o Município não pode alterar os critérios de atribuição dos apoios económicos.

Acontece que nesta consulta pública, consta outra proposta sobre esta matéria, que altera o limiar de ilegitimidade para valores equivalentes à pensão social em vigor, deduz-se que se trata da pensão social de velhice, que para mais tem um valor final variável, já que é composta de uma parte fixa, em 2023 tem um valor de 224,24€ (duzentos e vinte e quatro euros e vinte e quatro centavos), acrescida de uma parte variável consoante a idade, uma proposta que de facto altera os critérios de atribuição dos apoios económicos, mas que foi aceite e irá integrar a redação final do Regulamento.

A CDU não pode compreender esta dualidade de critérios.

A CDU considera também, que a verba orçamentada para este programa, 197.000.00€ (cento e noventa e sete mil euros) em 2023, é manifestamente insuficiente, considerando as necessidades que sem dificuldade se antecipa, venham a agravar substancialmente no futuro mais próximo e que previsivelmente por um longo período.

É certo, que a Câmara Municipal poderá sempre reforçar a dotação orçamental definida, que considerando o máximo anual de 1500.00€ (mil e quinhentos euros), por agregado familiar previsto no Regulamento, será suficiente para apoio a 131 agregados familiares. Mas entendemos, que seria um bom sinal que o programa fosse dotado à partida de uma disponibilidade substancialmente mais robusta que não chocaria que pudesse atingir os 500.000.00€ (quinhentos mil euros).

Entendemos que todos os agregados familiares que venham a ser considerados elegíveis no âmbito deste programa, devem ser efetivamente apoiados nas suas necessidades de emergência, devendo a Câmara Municipal dotar-se de todos os recursos humanos, técnicos e financeiros nesse sentido.

Por último, a CDU não pode deixar de sublinhar facto de, tratando-se de um programa para acorrer a situações de emergência de agregados familiares de fracos recursos, o procedimento imposto para as respetivas candidaturas, ser demasiado burocratizado e de difícil acesso, sendo desejável que esses procedimentos possam vir a ser flexibilizados e facilitados no quadro da execução desse programa.

Perante estas circunstâncias o Grupo Municipal da CDU, irá abster-se na votação desta proposta."

7.1.2.2 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na minha intervenção houve um aspeto a que eu não aludi, é que este Regulamento que é de Lei, esteve em discussão pública até ao dia 10 e recebemos um conjunto de propostas de alteração, que foram praticamente todas recebidas e que se dirigiam exatamente, a esta questão da facilitação do preenchimento e de todo o processo. Tudo aquilo que foi proposto e que pudemos aceitar e que contribuía para essa facilitação foi aceite. Efetivamente, o relatório que eu tenho, diz-me que a única proposta que não foi aceite foi aquela que a CDU apresentou, porque alterava as captações o que não era possível. Diz-me o Senhor Deputado Municipal que tem outra proposta que eu não tenho aqui, farei os possíveis por ver, mas a informação que eu tenho é esta.

Relativamente à negociação dos protocolos. Foi feita dentro do tempo que tínhamos com muito tempo, com imensas reuniões e onde as partes se foram aproximando. Portanto, penso que a facilitação será um facto, a captação, o montante das verbas que era a terceira razão que aludiu, é evidente que, aquilo que ali está, tem a ver com aquilo que foi o gasto em anos anteriores. É obvio que, haverá uma negociação permanente e que se chegar ao final, momento deste ano em que comprovadamente os apoios eventuais ultrapassem aquele valor, obviamente que, tal e qual como acontece na educação, nós teremos que fazer repercutir isso nas verbas que nos são transmitidas. Mas o valor que ali está é aquele que foi gasto no ano de 2022."

7.1.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor



Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, e 12 abstenções, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 1 do eleito Do CDS-PP. através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos dos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Regulamento Municipal do Programa Almada Solidária, nos precisos termos da deliberação de câmara de 20 de março de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-118-DIAS*

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 e 3.3 da agenda, relativos à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica (23 de agosto de 2021 a 22 de agosto de 2022)” e “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão (19 de fevereiro de 2021 a 18 de fevereiro de 2022)”;

7.2.1 – Para apresentar as Propostas usou da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira;

7.2.1.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que os Relatórios estão na posse dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais, são Relatórios comumente apresentados a esta Assembleia Municipal, se fizerem questão eu posso fazer leitura da proposta, mas parece-me dispensável.

Portanto, aquilo que eu proponho é que o Relatório que está na vossa posse, possa ser aprovado.”

7.2.2 – No debate usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães;

7.2.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório que é submetido à nossa apreciação, traduz as dificuldades com que se confronta a intervenção nesta ORU, já anteriormente identificadas.

Estas dificuldades foram recentemente invocadas na discussão travada em torno do alargamento da área de intervenção de reabilitação urbana neste território, tendo a CDU contestado os argumentos utilizados para justificar esse alargamento nos termos propostos e aprovados pela maioria.

Este Relatório retoma de forma expressa e inequívoca, extravasando aliás, claramente, a função e o objeto daquilo que deve ser um relatório de monitorização, as medidas preconizadas naquela discussão as quais reafirmamos merecer uma reprovação dos eleitos pela CDU.

A CDU é naturalmente favorável à reabilitação do edificado que traduza um ordenamento real e eficaz da oferta de alojamento nesta área do território municipal, como em todo o Concelho.

Não pode entender contudo, que num Relatório de Monitorização de uma Intervenção de Reabilitação Urbana, que deveria ser essencialmente técnico e de avaliação da intervenção ocorrida num determinado período, se afirmem textualmente, medidas de caráter iminentemente repressivas e desligadas de qualquer interpretação mais profunda da realidade do território em análise como a constante do ponto 3, das propostas apresentadas pelo Senhor Chefe de Divisão de Reabilitação Urbana, propondo e citamos: “Adoção de campanhas de procedimentos de fiscalização prioritária e sucessiva ao edificado clandestino que esteja a ser utilizado de uma forma informal, na oferta de alojamento e/ou mercado de arrendamento”.

À Câmara Municipal, ao Município no seu conjunto, compete definir políticas de gestão do território que estimulem o ordenamento do tecido construído, promovendo a correta e equitativa distribuição dos seus diferentes usos. Não compete de forma que soa fortemente seletiva e discricionária, desenvolver



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

procedimentos de perseguição, como o enunciado acima, constante do relatório em apreciação, mais que indica que indicia ser o caminho e que se pretende percorrer.

Neste quadro, o Grupo Municipal da CDU votará contra o conteúdo do presente relatório.”

7.2.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU do Monte de Caparica (23 de agosto de 2021 a 22 de agosto de 2022)”, sendo a proposta aprovada por maioria, com 27 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 11 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples do Monte de Caparica e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2023, que aprovou a proposta nº 2022-646-DRU.*

7.2.4 – O ponto 3.3 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão (19 de fevereiro de 2021 a 18 de fevereiro de 2022)”, foi aprovada por unanimidade através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples de Porto Brandão e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2023, que aprovou a proposta nº 2022-564-DRU.*

7.3 – Entrou-se no ponto 3.4 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delimitação de Zonas de Pressão Urbanística para o Concelho de Almada”;

7.3.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco;

7.3.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é uma proposta que diz respeito às áreas de planeamento urbanístico, diretamente com a Senhora Presidente e também que tocam com o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, eu tentarei fazer aqui uma descrição sucinta desta proposta de Delimitação de Zonas de Pressão Urbanística, porque também de certa forma tocam com o tema da habitação.

A verdade é que em maio de 2019, criou-se a possibilidade de os Municípios poderem agravar aquilo que é a elevação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, o IMI, para imóveis devolutos há mais de 2 anos, localizados nas chamadas zonas de pressão urbanística. Portanto, o conceito de zona de pressão urbanística diz respeito a áreas em que se verifique uma dificuldade significativa no acesso à habitação, seja por via da oferta ser escassa, seja por via da oferta ser desadequada às necessidades, ou por essa oferta ser disponibilizada a valores que não são comportáveis pela generalidade dos agregados familiares. Portanto, entende-se e havendo aqui a possibilidade de os Municípios por via desta delimitação de zonas de pressão urbanística também procederem ao arrendamento e imóveis de uso habitacional que estejam devolutos, para posterior subarrendamento e também para o exercício de direitos de preferência nas alienações de imóveis para uso habitacional, ou seja, isto a somar também ao exercício de direitos de preferência que já é exercido no âmbito



das ARU,s, das Áreas de Reabilitação Urbana, ou seja, criamos aqui mais um mecanismo que nos permite aqui o uso desta figura.

Portanto, aquilo que se propõe é a criação destas zonas de pressão urbanística, há aqui também uma proposta de delimitação geográfica destas zonas de pressão urbanística, que penso que está devidamente fundamentada, por um lado, por critérios de preço do mercado, por outro lado, também, pelos próprios rendimentos dos agregados, aquilo que é a estimativa e também por aquilo que é a carência habitacional já verificada. Por exemplo, no âmbito da Estratégia Local de Habitação que também foi aprovada aqui nesta Assembleia Municipal, portanto, aquilo que se propõe neste documento, é que a fixação destas zonas de pressão urbanística e, portanto, penso que os documentos em anexo clarificam muito bem essa pretensão.”

7.3.2 – No debate usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU);

7.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta que temos perante nós assemelha-se um pouco como começar a construir a casa pelo telhado.

A CDU concorda obviamente, com a adoção de medidas que contribuam para incentivar o retorno essencialmente ao mercado de arrendamento, de casas para habitação que se encontrem devolutas. No entanto, esta proposta não clarifica a definição de casa devoluta. Não caracteriza com exatidão que seria exigível, as situações em que poderemos considerar de nos encontrarmos perante uma situação desse tipo. Para além de uma definição em tudo genérica que considera casa devoluta aquela que se encontra desocupada há mais de 2 anos. Nada mais nos diz sobre esta matéria.

A CDU entende que esta proposta devia constituir-se como um instrumento de ordenamento do território, mas na verdade é que é desligada de preocupações desta natureza, não nos diz se as Cércias serão condicionadas nestas zonas, se será promovida alguma alteração aos níveis dos custos de licenciamento de operação urbanística nas EPU, ou se serão consideradas as necessidades de reforço de infraestruturas, de serviços, de equipamentos face à pressão urbanística decretada. Acabando por revelar que se trata de uma proposta que visa sobretudo permitir que a Câmara Municipal, recorra à possibilidade de onerar os proprietários de fogos devolutos e degradados em sede de IMI. Na convicção de que esta medida conduzirá a uma maior pré-disposição destes proprietários no sentido da reabilitação do seu património e consequente retorno ao mercado de arrendamento.

Além disso, a CDU entende, que não tem muito sentido definir uma delimitação que assenta no suposto modelo territorial que resultará do processo de revisão do Plano Diretor Municipal, relembramos que a revisão do PDM se encontra ainda na fase do acompanhamento e terá necessariamente de passar ainda pela fase de concertação. Discussão pública e aprovação nos órgãos municipais.

Além da homologação do Conselho de Ministros do Governo de Portugal.

Assim, como não parece fazer muito sentido no quadro do Plano Diretor Municipal em vigor, alargar a delimitação das zonas de pressão urbanística, que atualmente se encontram classificados como baixa densidade, onde a moradia é tipologia de habitação dominante, nem aos espaços de vocação turística designadamente na Herdade da Aroeira, espaços que se encontram abrangidos por esta delimitação na proposta que nos é submetida.

Nessas circunstâncias a CDU não tem condições para votar favoravelmente a proposta apresentada pelo que irá abster-se na sua votação.”

7.3.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 14 abstenções, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de Laranjeiro Feijó que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea r), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a proposta de Delimitação de Zonas de Pressão Urbanística, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 6 de março de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-76-DPMERU.*

7.4 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação de Almada e submissão à Assembleia Municipal de Almada da proposta de Declaração Fundamentada de Carência Habitacional”.

7.4.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco;

7.4.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta diz respeito ao início do procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação e também à proposta de Declaração Fundamentada de Carência Habitacional.

A existência das cartas municipais de habitação decorre a sua obrigatoriedade da Lei de Bases de Habitação que foi aprovada em 2019, o Município de Almada, neste contexto começou por elaborar também nesse ano de 2019, uma Estratégia Local de Habitação, aliás, foi a primeira Estratégia Local de Habitação aprovada no nosso país e teve em processo de revisão até 2021, acima de tudo para conseguir enquadrar e adequar-se àquilo que era a nova realidade pós 1º direito, a nova realidade do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, mas ainda assim não tendo existido a Carta Municipal de Habitação, a verdade é que a atual Estratégia Local de Habitação, é flexível o suficiente para conseguir dar resposta aos problemas habitacionais e isso vê-se naquilo que são também as operações do PRR que já se colocaram em prática.

A verdade é que esta Carta Municipal de Habitação traz componentes e possibilidades que se prendem acima de tudo com planeamento urbanístico, mas que estão também intrinsecamente associados aquilo que é o Plano Diretor Municipal. Por outro lado, também surge aqui, isto liga e não é por acaso que vem em conjunto com as zonas de pressão urbanística que foi aprovado no ponto anterior, para que se consiga fundamentar a existência de carência habitacional e portanto, aqui desta Declaração Fundamentada de Carência Habitacional, para que se consiga também no âmbito daquilo que está previsto na Lei de Bases da Habitação, vários instrumentos entre os quais o reforço das áreas destinadas ao uso habitacional dentro do Plano Diretor Municipal, também o condicionamento das operações urbanísticas privadas ao cumprimento de betas habitacionais definidas pelo Município, também ao exercício do direito de preferência nos termos da Lei e, portanto, também com a Declaração de Carência Habitacional o Município consegue ter prioridade no financiamento público destinado à habitação e também à reabilitação urbana e comunidades desfavorecidas, bem como naquilo que é a prioridade no investimento de habitação pública que possa ser realizado pelo Estado.

Portanto, é nesse contexto que pedimos aqui a aprovação destes dois documentos, a Carta Municipal de Habitação e depois, também da Declaração Fundamentada de Carência Habitacional.”

7.4.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales;

7.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero apenas pedir um esclarecimento ao Senhor Vereador Filipe Pacheco. O Senhor Vereador acabou a sua intervenção apelando à aprovação da Carta Municipal de Habitação, mas o que nós estamos aqui a discutir é o início do procedimento para a elaboração da Carta Municipal de Habitação, certo?”

7.4.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade através da seguinte:



### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, aprova a proposta de início do procedimento de elaboração da Carta Municipal de Habitação e a Declaração Fundamentada de Carência Habitacional, nos termos do n.º 5, do artigo 22.º, da Lei 83/2019, de 3 de setembro, Lei de Bases da Habitação e para os efeitos previstos nos n.ºs 6 e 7, do artigo 22.º da referida lei, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 6 de março de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-79-DPMERU*

7.5 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências no domínio da saúde para os órgãos Municipais – Aprovação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Almada aprovado em 1ª Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Almada de 23 de fevereiro de 2023”.

7.5.1 – Para apresentar a Proposta usou da palavra a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira;

7.5.1.1 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também já aqui trouxemos neste âmbito e no caminho que estamos a fazer para a assunção das competências no âmbito da saúde, desde a publicação do Decreto-Lei 23/2019, foi já criado e aprovado o Conselho Municipal da Saúde, que é um Órgão Representativo de uma grande representação e diversa das entidades do Município. O Conselho Municipal de Saúde reuniu a 1ª vez, elaborou o seu regimento, e é esta proposta de Regimento que trazemos hoje aqui para vossa aprovação. Quer o Conselho Municipal de Saúde e por força de razão, são muito importantes, porque vão desempenhar um papel muito especial na estruturação da estratégia local para a saúde.”

7.6.2 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes e a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira;

7.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra para apenas repor a verdade histórica relativamente a esta proposta.

Parece grave aquilo que vou dizer, não é, mas o ponto 4 da proposta que foi aprovada pela Câmara Municipal e que agora é submetida a decisão da Assembleia Municipal, refere que, o Conselho Municipal de Saúde foi aprovado na Câmara Municipal por unanimidade. Não é rigoroso. O Conselho Municipal de Saúde foi aprovado por maioria com 4 abstenções dos Vereadores eleitos pela CDU e os votos favoráveis dos restantes Vereadores. Portanto, a CDU suscita aqui a correção, por uma questão de verdade histórica daquilo que aconteceu relativamente à votação desta proposta.”

7.5.1.2 – A Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dizer que eu, nos meus documentos tenho a abstenção da CDU, portanto deve ter sido gralha de passagem.”

7.6.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 27 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo o Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra, através da seguinte:



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

**DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada nos termos do nº 4, do artigo 9º do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, aprova o Regimento do Conselho Municipal de Saúde de Almada, nos precisos termos da deliberação da Câmara de 20 de março de 2023, que aprovou a proposta nº 2023-97-DIS.*

8. Tendo-se concluído a agenda, sendo cerca das 22H15 deu-se por concluída a Reunião da Sessão Extraordinária de março da Assembleia Municipal.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Débora Rodrigues, Gabriel Rosa, Miguel Salvado, Maria das Dores Meira, Helena Azinheira, Tiago Galveia e Jefferson Oliveira.

9 – Foi verificada a presença de cerca de quinze munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA